

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17532>

Entrevista:

Trabalhismo, populismo e a ditadura do Estado Novo: uma conversa com o historiador Jorge Luiz Ferreira

Laborismo, populismo y la dictadura del Estado Novo: una conversación con el
historiador Jorge Luiz Ferreira

Labor, populism and the Estado Novo dictatorship: a conversation with historian
Jorge Luiz Ferreira

MAYCON DOUGLLAS VIEIRA DOS SANTOS¹  

JÉSSICA THAÍS DE OLIVEIRA BASSOLI²  

Resumo:

Este texto apresenta entrevista exclusiva com o historiador Jorge Luiz Ferreira (UFF), referência nos estudos sobre trabalhismo, populismo e a trajetória de Getúlio Vargas. Com extensa produção acadêmica, o autor contribuiu decisivamente para a renovação dos debates sobre o Estado Novo e suas continuidades. Na entrevista, Ferreira aborda a construção e os usos dos conceitos de trabalhismo e populismo, problematizando seus limites e potencialidades analíticas. Discute, ainda, a formação simbólica da imagem de Vargas, o papel das leis trabalhistas na memória social e as disputas interpretativas em torno do regime de 1937. Ao relacionar o Plano Cohen às *fake news* contemporâneas, oferece elementos para pensar a permanência da manipulação política na história brasileira. A conversa, inserida no dossiê *80 anos do fim da Ditadura do Estado Novo: História, Memória e (novas) abordagens*, destaca a relevância do olhar historiográfico para compreender o passado e seus diálogos com o presente.

Palavras-chave: Estado Novo. Getúlio Vargas. Historiografia Brasileira.

Resumen:

Este texto presenta una entrevista exclusiva con el historiador Jorge Luiz Ferreira (UFF), referente en los estudios sobre el laborismo, el populismo y la trayectoria de Getúlio Vargas. Con una amplia producción académica, el autor ha contribuido de manera decisiva a la renovación de los debates sobre el Estado Novo y sus continuidades. En la entrevista, Ferreira aborda la construcción y los usos de los conceptos de laborismo y populismo,

¹ Doutorando em História na Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2023) em História social pela mesma instituição. Licenciado (2019) em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do grupo de pesquisa Dimensões do Governo Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq). Bolsista FAPESP.

² Mestre (2023) em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduada (2015) em História pela Universidade Júlio de Mesquita Filho.

problematizando sus límites y potencialidades analíticas. Asimismo, discute la formación simbólica de la imagen de Vargas, el papel de las leyes laborales en la memoria social y las disputas interpretativas en torno al régimen de 1937. Al relacionar el Plan Cohen con las fake news contemporáneas, ofrece elementos para reflexionar sobre la permanencia de la manipulación política en la historia brasileña. La conversación, parte del dossier *80 años del fin de la Dictadura del Estado Novo: Historia, Memoria y (nuevos) enfoques* subraya la relevancia de la mirada historiográfica para comprender el pasado y sus diálogos con el presente.

Palabras clave: Getúlio Vargas. Historiografía Brasileña. Nuevo Estado.

Abstract:

This text presents an exclusive interview with historian Jorge Luiz Ferreira (UFF), a leading reference in studies on laborism, populism, and the trajectory of Getúlio Vargas. With an extensive academic production, the author has decisively contributed to the renewal of debates on the Estado Novo and its continuities. In the interview, Ferreira addresses the construction and uses of the concepts of laborism and populism, questioning their analytical limits and potentialities. He also discusses the symbolic formation of Vargas's image, the role of labor laws in social memory, and the interpretative disputes surrounding the 1937 regime. By relating the Cohen Plan to contemporary fake news, he offers insights into the persistence of political manipulation in Brazilian history. This conversation, part of the dossier *80 Years since the End of the Estado Novo Dictatorship: History, Memory, and (New) Approaches*, highlights the relevance of historiographical perspectives for understanding the past and its dialogues with the present.

Keywords: Brazilian Historiography. Estado Novo. Getúlio Vargas.

Considerações iniciais

Com uma trajetória intelectual marcada pelo rigor historiográfico e pelo compromisso com a compreensão das culturas políticas brasileiras, Jorge Luiz Ferreira consolidou-se como um dos principais nomes da historiografia contemporânea dedicada ao estudo do trabalhismo, do populismo e da trajetória de Getúlio Vargas. Professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ferreira é autor de obras fundamentais como *João Goulart: uma biografia* e *O imaginário trabalhista*, além de ter coordenado projetos editoriais sobre a República brasileira e suas instituições políticas.

Sua atuação abrange tanto a pesquisa minuciosa em arquivos quanto uma reflexão crítica sobre os modos de narrar o passado político nacional. Nas últimas décadas, ele contribuiu decisivamente para a renovação dos estudos sobre o Estado Novo, abrindo espaço para interpretações mais complexas sobre o período e suas continuidades.

Nesta entrevista concedida com exclusividade à Revista Semina, no contexto do dossiê temático *80 anos do fim da Ditadura do Estado Novo: História, Memória e (novas) abordagens*, Jorge Ferreira revisita conceitos fundamentais como trabalhismo e populismo, reflete sobre os usos da memória histórica e analisa os desafios contemporâneos para a historiografia sobre o

período. Ao longo da conversa, oferece não apenas uma leitura crítica do passado, mas também importantes chaves interpretativas para o presente político brasileiro.

1) Professor Jorge Ferreira, muito obrigado pelo aceite à entrevista! É um grande prazer contar com sua valiosa participação. Ao longo das últimas décadas, sua produção acadêmica se consolidou como uma das mais expressivas no campo dos estudos sobre o trabalhismo e a cultura política no Brasil. Como o tema do trabalhismo surgiu em sua trajetória intelectual e de que forma ele se articula com os grandes debates historiográficos do país?

Meu interesse pelo tema surgiu ainda na graduação em História na Universidade Federal Fluminense. E isso em uma época – fins dos anos 1970 e início dos 1980 – quando historiadores brasileiros consideravam que os estudos históricos terminavam com a Revolução de 1930. A partir daí tudo seria muito contemporâneo, retirando do historiador sua objetividade. O que chamamos de História do Tempo Presente surgiria bem depois. Mas retomando, ainda na graduação eu fiz estágio no Arquivo Nacional. A nova direção tinha o objetivo de conhecer o próprio acervo. Eu entrei em uma equipe que abriria as caixas relativas ao Fundo da Secretaria da Presidência da República. Na época, foram contabilizadas 2.483 caixas. Eu fiquei surpreso com o que havia nelas.

Cada uma guardava número incontável de cartas e telegramas enviados a Getúlio Vargas – desde correspondência de chefes de Estados estrangeiros até do trabalhador mais pobre. Com o tempo a equipe percebeu que mais da metade da correspondência era de trabalhadores de baixa renda, donas de casa, estudantes pobres, desempregados, funcionários públicos e, inclusive, camponeses. O número de cartas é muito grande, vindas de todos os estados e de diversos municípios do interior. Ainda muito jovem, eu sabia que tinha uma documentação original e relevante para pesquisar, mas não sabia bem o que fazer. Daí fui fazer o mestrado. A História Cultural entrava no Programa de Pós-Graduação em História da UFF pela minha orientadora, a professora Rachel Soihet. Daí que o objetivo da dissertação foi conhecer as ideias, as crenças e os valores políticos dos trabalhadores da época, a partir de suas próprias enunciações, de seus próprios textos. Ainda não se trabalhava com o conceito de cultura política, mas creio que, ainda que involuntariamente, trilhei esse caminho: recorrendo à História Cultural, procurei conhecer como os trabalhadores expressavam suas ideias políticas.

A pesquisa ocorreu nos anos 1980, época em que historiadores começaram a se debruçar sobre o primeiro período do governo Vargas (1930-1945). A grande questão debatida era a seguinte: Vargas era popular entre os trabalhadores. Nisso, havia praticamente um consenso. Dificilmente alguém diria o contrário. O problema a ser desvendado era por quê? O que teria levado os trabalhadores a apoiarem Getúlio Vargas? Na época, dominante era a teoria do populismo, tal qual apontavam Francisco Weffort e Octavio Ianni. Trabalhar com o período Vargas era, obrigatoriamente, adotar a teoria do populismo. Por essa interpretação, o sucesso de Vargas entre os trabalhadores era devido à manipulação política conjugada com algum grau de satisfação de suas demandas. Também surgiram trabalhos cuja ênfase era na propaganda política, como também na repressão policial. Dessa maneira, o sucesso de Vargas foi devido à manipulação populista, à propaganda política e à violência da polícia. Algumas pesquisas chegaram mesmo a adotar o conceito de totalitarismo para explicar o sucesso de Vargas entre os trabalhadores. Eu fiquei muito incomodado com essas abordagens. O que eu lia nas cartas, ou seja, o que os trabalhadores expressavam em seus textos era muito distante de tudo isso. Quem me deu a resposta mais satisfatória foi Angela de Castro Gomes em sua tese de doutorado *A invenção do trabalhismo*. Não é casual que o livro de Angela tenha sido publicado em 1988 e minha dissertação tenha sido defendida no ano seguinte.

Mais adiante, como pesquisador do CNPq, realizei um conjunto de pesquisas sobre o trabalhismo entre 1945 e 1964. Os temas foram o movimento queremista, a gestão de João Goulart no Ministério do Trabalho, as repercussões populares diante da notícia da morte de Vargas, o movimento militar de novembro de 1955, a Campanha da Legalidade e o Comício da Central do Brasil. As pesquisas resultaram no livro *O imaginário trabalhista*.

2) O termo “trabalhismo” é frequentemente utilizado de modo genérico, ora como rótulo político, ora como categoria analítica. Em sua avaliação, há uma definição conceitual que permita ao historiador operar com mais precisão sobre o fenômeno? Quais são os cuidados e potencialidades ao se trabalhar com esse conceito?

É interessante observar como determinados eventos mudam de nomes conforme os contextos políticos. Durante minha graduação, as leis sociais e trabalhistas promulgadas no início dos anos 1930 eram chamadas de “migalhas da burguesia”. O objetivo era o de manipular os trabalhadores, desviando-os de seu “caminho natural”. Era assim que aprendíamos.

O nome mudou já durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. As mesmas leis sociais e trabalhistas passaram a ser chamadas de “as conquistas dos trabalhadores”. Quando se perderam direitos sociais, com as “flexibilizações” das leis trabalhistas, e a consequente precarização do trabalho, é que se deu conta de que as leis promulgadas entre 1931 e 1934 foram instrumentos para que os trabalhadores alcançassem à condição de cidadãos em termos sociais. Processo que não foi exclusivamente brasileiro, mas planetário. Ainda no século XIX as primeiras leis trabalhistas foram promulgadas em países europeus. Os mexicanos foram pioneiros na promulgação de leis sociais na América Latina. Nos anos 1930, a legislação social beneficiou trabalhadores dos Estados Unidos e da União Soviética. Não era mais possível apenas explorar a força de trabalho dos operários até a exaustão sem valorização política e social alguma. E nem desconhecer as lutas sociais e sindicais que ocorriam. Era chegado o momento de reconhecer os direitos de cidadania da classe operária. Tratou-se de um movimento que ocorreu em vários países: a inclusão política e social da classe trabalhadora. No Brasil não foi diferente.

O grupo político que apoiava Vargas estava atualizado com o que acontecia no mundo. Entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, foi promulgada toda a legislação trabalhista: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, indenizações por acidentes de trabalho, pensões, aposentadorias, entre diversas outras. Em curto espaço de tempo, os trabalhadores passaram a usufruir de direitos sociais, ampliados ainda mais, alguns anos depois, com o estabelecimento do salário mínimo, em maio de 1940. Direitos de cidadania passaram a ser compreendidos como direitos do trabalho. Mas não bastava promulgar leis trabalhistas. Era necessário obrigar os empresários a cumpri-las. Daí a criação da Justiça do Trabalho: um tribunal para exigir dos patrões o cumprimento da legislação. A promulgação da legislação social e trabalhista, portanto, não pode ser reduzida à mera “manipulação”. Como nos países europeus, no caso brasileiro ainda houve grandes investimentos em saúde e educação públicas.

Além disso, houve o reconhecimento dos sindicatos – organizados no modelo corporativista, com base na unicidade sindical e no monopólio da representação. É verdade que os ganhos políticos vieram acompanhados do controle estatal via Ministério do Trabalho. O sindicato oficializado tinha vantagens, mas também perdeu sua independência. Pois bem, em 1942 o grupo político que apoiava Getúlio Vargas se deu conta de que a ditadura do Estado Novo encontraria o seu limite com o final da guerra. E o que fazer com o apoio dos

trabalhadores às políticas públicas desenvolvidas até então? A resposta veio em janeiro de 1942 quando o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, dispôs de um espaço no programa Hora do Brasil. O nome de sua intervenção era Falando aos Trabalhadores Brasileiros. O ministro associava as leis sociais e trabalhistas à sabedoria de Getúlio Vargas. E nomeou aquele conjunto de políticas públicas de trabalhismo. Vale ressaltar que o grupo palaciano se apropriou da expressão trabalhismo utilizada no Reino Unido. Portanto, trabalhismo é um projeto político que tem uma história e, inclusive, data de nascimento: 1942.

O projeto político, pouco depois, foi institucionalizado em um partido político, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB – também buscando referência no *Labour Party* inglês. Desse modo, quando falamos em trabalhismo nos referimos a projeto político que inclui leis sociais e trabalhistas, reconhecimento das organizações sindicais, políticas públicas de saúde e educação, industrialização, defesa do patrimônio público, valorização da cultura popular, nacionalismo, entre outras. A partir dos anos 1950, o trabalhismo deu uma guinada à esquerda, defendendo as reformas de base. O projeto político ultrapassou os próprios limites do PTB, surgindo outros partidos trabalhistas.

3) O conceito de populismo é um dos mais debatidos e, ao mesmo tempo, um dos mais controversos no campo das ciências sociais e da história. Como o senhor avalia o uso desse conceito na historiografia brasileira? Quais são seus limites, ambiguidades e possibilidades interpretativas?

Durante os anos 1970 e 1980, o conceito de populismo foi dominante para explicar a vida política brasileira anterior ao golpe civil-militar de 1964. O populismo teria sido algo que “realmente aconteceu” no passado, tendo entrado em colapso com aquele golpe de Estado. Qualquer trabalho acadêmico que tratasse do período 1930-1964 obrigatoriamente adotaria o conceito de populismo. O conceito começou a ser questionado nos anos 1970 e 1980, sobretudo por cientistas políticos. Mas foi em 1988, com a publicação do livro *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes, que o conceito sofreu a mais sofisticada crítica. Contudo, foi preciso esperar o ano seguinte para a intelectualidade brasileira repensar, de maneira crítica, o conceito.

Desde a segunda metade dos anos 1970, esperava-se o fim da ditadura militar e a redemocratização do país. Com o “colapso” do populismo em 1964, acreditava-se que com a redemocratização o país viveria sob sólidas instituições, com partidos políticos adotando

programas consistentes. O que valeria seriam as ideias, os projetos políticos, e não líderes histriônicos e personalistas. Um país, enfim, que teria virado a página do período populista. E vieram as eleições de 1989. O eleitorado tinha à sua disposição um leque de opções políticas: da direita tradicional com Maluf, ao trabalhismo com Brizola, o comunismo com Roberto Freire, o liberalismo com Ulysses Guimarães, a social-democracia com Covas e a nova esquerda com Lula. Todos com projetos claros e definidos. E quem venceu? Um candidato com partido político de aluguel, dando socos no ar, referindo-se à sociedade como “minha gente” e com absoluta falta de clareza de projeto político – a não ser alegando ser “moderno”. E foi esse candidato quem venceu.

A vitória de Collor levou a intelectualidade a repensar o que seria esse tal de “populismo”. Para uns, o populismo não entrara em colapso em 1964, mas era uma espécie de mandinga que amaldiçoara o Brasil; para outros, era necessário repensar a história política do país em outras bases – e daí a crítica e o abandono do conceito de populismo. O livro de Angela surgiu no momento propício para novas avaliações.

Em 2001 eu publiquei uma coletânea chamada *O populismo e sua história, debate e crítica*. No livro, os capítulos de Angela de Castro Gomes, de Daniel Aarão Reis e o meu foram muito contundentes na crítica ao conceito de populismo. O meu capítulo, intitulado O nome e a coisa, foi bastante debatido em programas de pós-graduação. O que eu queria dizer com o título? Chamar a atenção para que populismo não foi uma coisa que “aconteceu realmente” no passado. Não. Populismo é um nome – um conceito. Que pode ser usado ou não. Portanto, o período 1930-1964 foi populista se o analista utilizar o conceito. Se não usar, não foi. Creio que a contribuição historiográfica do livro foi importante. Distinguir a história política de determinada sociedade no tempo dos conceitos que a explicam. Nesse sentido, Vargas foi populista? Sim e não. Sim se você utilizar o conceito de populismo. Não se você recorrer a outras categorias analíticas.

4) Apesar de sua recorrência, o populismo é frequentemente evocado de forma pejorativa nos discursos políticos e acadêmicos. A que o senhor atribui essa “impopularidade” do termo? O uso moralizante da categoria compromete sua eficácia analítica?

A crítica de maior peso ao conceito de populismo é a sua elasticidade extremada. Populista pode ser Getúlio Vargas, mas também Carlos Lacerda; podem ser Hugo Chávez e Donald Trump, Lula e FHC, Leonel Brizola e Bolsonaro, João Goulart e Carlos Menem. E aí eu

pergunto: o que há em comum entre Trump e Chávez? Como um mesmo conceito pode definir personagens tão díspares, como Brizola e Bolsonaro? Trata-se de uma generalização que confunde mais do que propriamente explica. Sem contar que populismo é um conceito que desqualifica a sociedade para o exercício da democracia. É o velho chavão: “o povo não sabe votar”. Eu chego mesmo a dizer que populista é o outro que você não gosta. Se você é de esquerda, o populista é o Bolsonaro. Mas se é de direita o populista é o Lula. Já viram alguém dizer “vote no meu candidato, é um excelente populista”? Creio que não. Mas já ouviram dizer o seguinte: “você, tão inteligente, vai votar naquele populista”? Certamente que sim. Populista é o outro. O outro que você não gosta.

Apesar das críticas de vários estudiosos, o conceito de populismo continua sendo muito utilizado. Vale uma observação. Em diversos autores há críticas voltadas para mim e para Angela. A de que nós, supostamente, estaríamos propondo substituir o conceito de populismo por trabalhismo. É realmente algo curioso porque na crítica não há citação de onde afirmamos isso – algo, a meu ver, obrigatório. Em qual publicação, em qual página teríamos defendido tal proposta? Há apenas a crítica, sem citação. E por que não há referências? Por um simples motivo. Jamais defendemos ou publicamos isso. A proposta de substituir populismo por trabalhismo nunca existiu. Até mesmo porque tais conceitos não são intercambiáveis.

Vejam, pode-se chamar Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda de populistas, se assim usarem o conceito. Mas é um erro chamá-los de trabalhistas. Entre os três há somente um trabalhista: Goulart. Também pode-se definir o período entre 1945-1964 como a república populista, caso de utilizar o conceito de populismo. Mas seria um erro chamá-lo de república trabalhista. Naquele período da história política brasileira, apenas dois presidentes foram trabalhistas: Vargas e Goulart. Os outros – Dutra, Juscelino e Jânio – pertenciam a outras tradições políticas. Portanto, populismo e trabalhismo não são termos intercambiáveis. Tal substituição nunca foi proposta. Não há páginas de nossos trabalhos em que isso tenha ocorrido. A proposta é conhecer um projeto político que marcou profundamente a cultura política do país: o trabalhismo. Mas existiam outros projetos políticos concorrentes, como o comunismo do PCB. E ainda outros projetos no pós-1945, como o udenismo originário da União Democrática Nacional (UDN), o pessedismo do Partido Social Democrático (PSD), o socialismo democrático do Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros. Isso significa dizer, por exemplo, que Juscelino Kubitschek era pessedista, João Goulart trabalhista, Carlos Lacerda udenista e João Mangabeira socialista. Ao usarmos as expressões “nativas” – como pessedismo,

trabalhismo, udenismo e socialismo democrático –, próprias de determinada época e lugar, temos condições de conhecer as singularidades dos diversos projetos políticos. Ao abandonarmos a categoria de populismo, evitamos rotular todos os personagens com um conceito excessivamente generalizante, preferindo ressaltar, assim, as especificidades, as particularidades, as peculiaridades de cada projeto político. Enfim, nunca houve a proposta de substituir populismo por trabalhismo. De onde saiu isso, eu não sei, mas fico curioso em saber.

5) A figura de Getúlio Vargas está quase sempre associada ao populismo, especialmente no contexto do Estado Novo e nos anos posteriores à ditadura. Em sua visão, como se deu essa vinculação histórica e como ela foi mobilizada política e simbolicamente ao longo do tempo?

Nos anos 1930 e 1940. Getúlio Vargas não era chamado de populista. Não era porque a palavra não existia. Nos anos 1950, a palavra surgiu no vocabulário político brasileiro, mas com outro sentido. A chapa que uniu PTB e PSP nas eleições presidenciais de 1950 chamava-se Frente Populista. Carlos Lacerda, vez por outra, se referia a João Goulart como “líder populista”. O sentido da palavra, naquele momento, era o mesmo que popular. Ou seja, popular e populista eram expressões sinônimas. A palavra tomou sentido acadêmico e negativo com o chamado Grupo de Itatiaia – núcleo do futuro ISEB. Em uma publicação de 1954, intitulada *O Que é o ademarismo?*, o artigo procurava explicar o sucesso do político paulista. Surgiu, então, categorias como “política de massas” e “crise de direção das classes dominantes”, cujo resultado foi o populismo. Eis o nascimento do conceito como o entendemos hoje. Depois, Francisco Weffort e Octávio Ianni deram maior rigor acadêmico ao termo. Da Universidade o conceito foi muito bem recebido pela imprensa. Como disse anteriormente, populismo não é uma coisa que “realmente aconteceu” no passado, mas é um nome, um conceito, uma invenção do intelecto humano.

Vargas era popular entre os trabalhadores nos anos 1930 e sua imagem se redimensionou com a crise de agosto de 1954. O que ficou, daí por diante, foi a do líder que se martirizou na defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais. As esquerdas da época o respeitavam. A Carta Testamento, por exemplo, tornou-se libelo entre diversas esquerdas na luta pela libertação nacional. Com a ditadura militar, a imagem dele sumiu do noticiário, mas mesmo os militares não ousaram criticá-lo. A imagem de Vargas que temos hoje foi moldada pela historiografia dos anos 1980; é a imagem do ditador do Estado Novo, da propaganda política, da repressão

policial. Sequer mesmo as leis sociais são consideradas. Vargas ficou com a imagem de mau – ou do mal.

Quero chamar a atenção de que Getúlio Vargas assumiu o poder com a Revolução de 1930 apoiado por uma frente política bastante heterogênea. Havia o grupo conservador - Borges de Medeiros, Arthur Bernardes - que não queria mudar nada. Mas havia o grupo reformista, os chamados tenentes - civis e militares - como Oswaldo Aranha, Pedro Ernesto, Góis Monteiro, João Alberto, entre muitos outros em quem Vargas procurou efetivo apoio político. O grupo reformista propunha moralização das eleições, leis sociais, educação pública obrigatória, diversificação da economia, estatização das minas e do petróleo e políticas nacionalistas. Com apoio do Exército, também havia a proposta da fundação de uma usina siderúrgica. O grupo reformista negava o liberalismo e o federalismo. Tinham um projeto nacional, antiliberal e estatista. O projeto era ampliar a atuação do Estado visando pôr fim ao poder das oligarquias estaduais. Daí o surgimento de ministérios, autarquias, institutos, conselhos e empresas estatais.

Não se trata de ignorar o papel do indivíduo na História, mas evitar a excessiva personalização da política – ou seja, Vargas fez, desfez e refez. Ele teve atuação importante, evidentemente, mas implementou políticas públicas apoiado por um grupo político que assumiu a direção do Estado no pós-1930. Contou também com o apoio do Exército, de intelectuais e de altos escalões do funcionalismo público. Vale ainda ressaltar: muitos desses projetos políticos foram formulados no período anterior a 1930.

6) Observa-se, em muitos espaços escolares e sociais, uma crescente desvalorização ou mesmo banalização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como o senhor interpreta esse fenômeno, especialmente entre as novas gerações? Há um esvaziamento da memória das lutas trabalhistas?

Desde o início dos anos 1980, com o neoliberalismo, assistimos a um movimento orquestrado de desvalorização dos direitos sociais, das leis trabalhistas. Ao longo do tempo, o processo se aprofundou. O mundo do trabalho tornou-se precarizado. Trabalha-se muito e mal, com salários cada vez mais aviltantes. Com a ascensão das direitas e extremas-direitas a nível planetário, os ataques às leis sociais que beneficiavam os trabalhadores aumentaram ainda mais. O abismo entre as pessoas muito pobres e as muito ricas ampliou-se de maneira vertiginosa. Também ao mesmo tempo, nos meios de comunicação, fala-se muito em “empreendedorismo”. Há até mesmo escolas com esse título no *currículum*. Os chamados “influenciadores” insistem

que todos podem “empreender”, basta ter talento e determinação. Alegam, de maneira falaciosa, que todos têm as mesmas 24 horas durante o dia. Mas o tempo é o mesmo para ricos e pobres?

Nesse mundo de imagens multifacetadas e ilusórias, muitos jovens associam a CLT ao fracasso individual. A expressão “o CLT” refere-se a um sujeito derrotado. Não sabemos quantos jovens pensam assim, quais grupos sociais pertencem e se o número deles é significativo ou não. O fato é que muitos jovens compreendem a CLT de maneira pejorativa. Temos que compreender o fenômeno. Muitos jovens convivem com pais e mães que acordam cedo, passam horas em ônibus ou trens, aturam grosserias de patrões e ganham salários ínfimos. Claro que o problema não é a CLT, mas os empregos precarizados, a falta de transportes dignos, a herança da escravidão que cria mentalidade deformada de empresários que se acham superiores e, por isso, acreditam ter o direito de humilhar os funcionários. Esses jovens não querem a mesma vida de seus pais.

Para eles, o “empreendedorismo” é a alternativa, bastando dominar os códigos das redes sociais. Acreditam nos “influenciadores” que atacam o regime da CLT e que tudo será fácil, ganhando dinheiro sem sair de casa. Devido a isso, muitos jovens largam as escolas. Para eles, a alternativa é individual, a de obter sucesso próprio. A crença na luta coletiva por direitos sociais é vista como coisa ultrapassada. Ocorre que pouquíssimos ganham dinheiro. Na vida prática, a maioria não ganha nada, surgindo o sentimento de fracasso, de inutilidade. É realmente lamentável que isso esteja ocorrendo. Afinal, os trabalhadores lutaram durante décadas para alcançar seus direitos sociais e trabalhistas. E hoje isso se perde diante da perspectiva de alternativas individuais. A luta coletiva é desprezada em prol das ilusões individualistas e meritocráticas.

7) A caracterização do Estado Novo como um regime fascista é uma hipótese que retorna ciclicamente no debate historiográfico. A partir de sua leitura, é possível enquadrar o Estado Novo nessa chave, ou esse tipo de classificação demanda mais nuance e distinção?

Não entendo o Estado Novo como fascista. E aqui refiro-me ao chamado “fascismo histórico”, o italiano do entre guerras, contemporâneo ao próprio Estado Novo. Há elementos em comum aos dois regimes, como o antiliberalismo e o anticomunismo. Mas o fascismo histórico tem características próprias que estavam ausentes no Estado Novo. Refiro-me ao militarismo, ao nacionalismo exacerbado e ao racismo. Há de considerar também a ausência,

no Estado Novo, de um partido político único. Considero o Estado Novo um regime autoritário, assim como entende a Ciência Política, mas não fascista e muito menos totalitário.

Questões como essas criam grandes dificuldades para a compreensão desse período na política brasileira. Creio que o historiador Boris Fausto nos dá uma excelente pista. Diz ele: “que diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso?” Ele se refere mais especificamente à ditadura do Estado Novo. Tratou-se de uma ditadura com todos os ingredientes de um regime autoritário de direita: extinção do Poder Legislativo e do sistema representativo liberal-democrático; controle e censura dos meios de comunicação; propaganda política exaltando os feitos do governo e enaltecendo o líder político; repressão política, por meio do aparato policial, a qualquer oposição ao governo, por vezes recorrendo à tortura; perseguição às esquerdas; controle do movimento sindical e supressão do direito de greve; fim das garantias constitucionais relativas aos direitos civis. Enfim, nada que fugisse aos ingredientes de uma típica ditadura de direita.

Contudo, foi esse regime autoritário que inaugurou o moderno Estado brasileiro. Por exemplo, a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Com aquele órgão, surgiu um corpo de funcionários públicos admitidos por mérito em concursos públicos, constituindo a categoria de funcionário público do Estado e não de governos. Algo moderno para a época. Moderno também foi a concepção de patrimônio público, com fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O primeiro ato do órgão foi o tombamento da cidade de Ouro Preto. A noção de patrimônio público se estendeu à natureza com a fundação de Parques Nacionais, sendo o primeiro o Parque Nacional de Itatiaia.

O ministro Gustavo Capanema levou para o Ministério da Educação e Saúde o que de mais destacado havia no meio artístico e intelectual brasileiro: no SPHAN trabalharam os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer; na direção da Superintendência de Educação Musical e Artística estava o maestro Heitor Villa-Lobos; no próprio ministério trabalharam o escritor Mário de Andrade, o pintor Cândido Portinari, o educador Anísio Teixeira e os poetas Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Até então, não havia nenhum apoio à produção teatral. A fundação do Serviço Nacional do Teatro modernizou as artes cênicas no Brasil, cujo marco foi a peça *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues. A fundação do Instituto Nacional do Cinema Educativo permitiu a produção de dezenas de filmes, entre eles *O descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro. A lei que obrigou a exibição de curta-metragem brasileiro antes da exibição do filme principal incentivou a produção cinematográfica nacional. A prática da capoeira, até

então proibida e criminalizada, foi liberada e reconhecida como “esporte nacional” e arte marcial brasileira. Com o samba, ocorreu processo similar. Embora cantores e compositores nas décadas de 1910 e 1920 lutassem e conquistassem seu espaço no meio artístico, o samba sofria forte preconceito das elites brasileiras. Mas nos anos 1930 foi incorporado definitivamente como música nacional brasileira. Outra novidade no período foi a recusa de ideias preconceituosas na Primeira República, como as que afirmavam que a presença de negros, índios e mestiços impediria a construção de uma nação “civilizada”. Durante a década de 1920 os intelectuais modernistas criticaram tais ideias. Nos anos 1930, o Estado assumiu a crítica modernista e passou a afirmar que a originalidade brasileira residia exatamente no encontro das raças e culturas branca, negra e índia e valorizou a formação mestiça do Brasil. Vale ainda destacar o início da industrialização do país com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, do Conselho Nacional do Petróleo e da primeira hidrelétrica do país, a do São Francisco. E vale ressaltar, ainda, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos no plano social.

Bater na tecla de que o regime foi uma ditadura é chover no molhado. Claro que foi. O autoritarismo, a censura aos meios de comunicação, a propaganda política e a repressão política fazem parte da história do Estado Novo e é impensável compreender o regime sem esses elementos. Mas, pergunto, como uma ditadura de direita, um regime autoritário de clara vertente de direita, tornou o Brasil um país moderno, com políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e cultural? Portanto, temos, aqui, um problema a resolver – elemento central na oficina do historiador.

8) Durante o Estado Novo, a imagem de Getúlio Vargas foi cuidadosamente construída e difundida por meio de mecanismos estatais de propaganda e controle. Como se deu esse processo de construção simbólica e qual foi sua importância para a legitimação do regime?

Sim, sem dúvida. Sobretudo com o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mas não apenas esse órgão, enalteceu enormemente a figura de Getúlio Vargas. A propaganda política o elevou à categoria de Homem Providencial, Pai dos Pobres, entre outros epítetos. Com o rádio e o cinema - nos cine-jornais -, pode-se dizer que sua imagem foi nacionalizada. A sociedade brasileira passou a considerar que tinha um presidente da República, e não um presidente paulista ou mineiro. Não há como desconsiderar a propaganda

política como instrumento para tornar Getúlio Vargas muito popular. Mas precisamos considerar o que nos ensina a historiadora Maria Helena Capelato: a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade e elementos histórico-culturais. Há de considerar, também, que a mesma mensagem pode ser interpretada de maneiras diversas, provocando ações diferenciadas.

O que quero dizer, em outras palavras, é o seguinte: a propaganda política é elemento importante para o estudioso compreender a popularidade de Getúlio Vargas; mas a popularidade dele não pode ser reduzida à mera propaganda. Por exemplo, o ditador-general Emílio Garrastazu Médici utilizou a propaganda política – recorrendo, inclusive, a agências publicitárias. Os jornais enalteciam seu governo. A propaganda aparecia nos cinemas e em algo que Vargas não tinha: televisão via satélite. O país chegou a crescer 14% ao ano e havia pleno emprego. O Brasil ganhou a Copa do Mundo de Futebol em 1970. E onde está Médici? No cemitério. E Geisel? Fez o mesmo, sendo que a propaganda política se tornou mais sofisticada. E onde está Geisel? No mesmo lugar que Médici. Isso demonstra os limites da propaganda política.

Eu diria que a propaganda política com Vargas foi cuidadosamente planejada e, pela primeira vez no país, difundida nos meios de comunicação. Mas para que ocorresse o efeito desejado foi necessário que tivesse ocorrido mudanças na vida das pessoas – como o impacto da legislação social e trabalhista e o Estado que reconheceu a classe trabalhadora como ator legítimo. Se não fosse assim, a propaganda cairia no vazio – tal qual Médici e Geisel. A propaganda política não inventou a popularidade de Vargas – algo que seria artificial e, portanto, ineficaz – mas amplificou e reverberou ideias, crenças e valores que circulavam na sociedade brasileira, em particular entre os trabalhadores.

Notem que Vargas morreu há mais de 70 anos. E estamos falando dele até hoje. Não acredito que isso seja devido apenas – e tão somente – a propaganda política.

9) A historiadora Angela de Castro Gomes é uma das principais referências nos estudos sobre o Estado Novo, trabalhismo e cultura política. Em que medida sua obra influenciou sua formação acadêmica e como o senhor avalia a contribuição dela para o campo historiográfico brasileiro?

Considero Angela uma historiadora que deu enorme contribuição à historiografia brasileira. Suas reflexões perpassam o campo da História, da Ciência Política e da Sociologia.

É difícil, para mim, comentar o conjunto de sua obra e sua prática profissional (como pesquisadora e professora) tal a minha proximidade com ela. Basta dizer que o livro *1964, o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* foi escrito a quatro mãos. Mas não no sentido de que houve divisão de capítulos por autor. Não. Todo o livro foi redigido pelos dois, lado a lado. Algo difícil de acontecer, a não ser que ambos estejam muito afinados historiograficamente. Eu tenho orgulho de ter sido o primeiro historiador a utilizar o livro *A invenção do trabalhismo* como referencial teórico.

Jorge Luiz Ferreira

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutoramento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3330-8947>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4838146606344520>